

Faculdade de Direito do Recife

PROGRAMA DE ENSINO

DAS CADEIRAS DO

2. ANO

- 1a. Cadeira — DIREITO CIVIL.....3
Prof. Soriano Neto
- 2a. Cadeira — DIREITO PENAL.....9
Prof. Anibal Bruno
- 3a. Cadeira — DIREITO CONSTITU-
CIONAL.....13
Prof. Samuel Mac Dowell
- 4a. Cadeira — CIENCIAS DAS FINAN-
ÇAS.....19
Prof. Luiz Guedes



1944

PROGRAMA DE ENSINO

DAS CADEIRAS DO

2. ANO

- 1ª. Cadeira — DIREITO CIVIL3
Prof. Soriano Neto
- 2ª. Cadeira — DIREITO PENAL9
Prof. Anibal Bruno
- 3ª. Cadeira — DIREITO CONSTITU-
CIONAL.....13
Prof. Samuel Mac Dowell
- 4ª. Cadeira — CIENCIAS DAS FINAN-
ÇAS.....19
Prof. Luiz Guedes



PROGRAMA DE ENSINO DA CADEIRA DE
DIREITO CIVIL DO 2.º ANO

.1ª CADEIRA

(Parte gerral e parte geral das obrigações)

- 1 — Do direito civil e sua posição no quadro geral do direito.
Unidade e pluralidade do direito privado.
Classificação do direito civil.
- 2 — Das fontes do direito civil. O costume, a lei e a jurisprudência. O código civil.
- 3 — Da lei e suas espécies. Elaboração da lei. Prazo de obrigatoriedade. Revogação.
- 4 — Dos limites da lei no tempo. Retroatividade da lei.

- 5 — Da interpretação, aplicação e integração das normas jurídicas.
- 6 — Dos limites da lei no espaço. Princípios de direito internacional privado no código civil.
- 7 — Do conceito e natureza do direito privado no sentido subjetivo. Objeto, conteúdo e extensão da eficácia do direito privado.
- 8 — Do sujeito do direito. Conceito e espécies das pessoas. Pessoas físicas ou naturais. Início da personalidade. Comorientes.
- 9 — Das pessoas jurídicas. Teorias a respeito.
- 10 — Da classificação das pessoas jurídicas. Sociedades ou associações civis, sua constituição, personalidade, capacidade, administração e extinção.
- 11 — Das fundações, sua constituição, personalidade, capacidade, administração e extinção. Registro Civil e domicílio das pessoas jurídicas.
- 12 — Do objeto do direito em geral e das coisas em particular. Conceito de coisa. Divisões das coisas juridicamente importantes.

- 13 — Do bem de família.
- 14 — Do nascimento, perda e modificação dos direitos.
- 15 — Dos fatos jurídicos em geral. Atos jurídicos, seus elementos, divisões e requisitos.
- 16 — Dos defeitos dos atos jurídicos: êrro, dóllo, coação, simulação e fraude de credores.
- 17 — Da modalidade nos atos jurídicos: condição, termo e encargo. Teoria da presunção.
- 18 — Da forma dos atos jurídicos e sua prova.
- 19 — Da nulidade e anulabilidade dos atos jurídicos. Retificação e conversão.
- 20 — Dos atos ilícitos. Dóllo e culpa.
- 21 — Da influência do tempo no nascimento, perda e modificação dos direitos. Prescrição, seu conceito, espécies, fundamento, alegação, renúncia e efeitos.
- 22 — Da suspensão da prescrição, sua natureza, causas e efeitos.
- 23 — Da interrupção da prescrição, sua natureza, causas e efeitos.

- 24 — Dos prazos da prescrição.
- 25 — Do exercício, concorrência e colisão dos direitos. Violação e proteção dos direitos.
- 26 — Do conceito romano e moderno da obrigação. Elementos da obrigação.
- 27 — Das causas geradoras das obrigações. Declaração unilateral da vontade.
- 28 — Das obrigações civis e naturais.
- 29 — Das obrigações, conjuntas, genéricas, alternativas e facultativas.
- 30 — Das obrigações positivas de dar.
- 31 — Das obrigações positivas de fazer e negativas de não fazer.
- 32 — Das obrigações divisíveis e indivisíveis.
- 33 — Das obrigações solidárias. Teorias a respeito. Solidariedade ativa e passiva. Causas e efeitos da solidariedade.
- 34 — Das obrigações puras, condicionais e a termo. Obrigações principais e acessórias, líquidas e ilíquidas.
- 35 — Das obrigações com cláusula penal.
- 36 — Dos modos de extinção das obrigações.

Pagamento. Pessoas que podem pagar e receber. Objeto, lugar, tempo e prova do pagamento.

- 37 — Da móra, suas espécies, requisitos, efeitos e cessação.
- 38 — Do pagamento indevido e do pagamento por consignação.
- 39 — Do pagamento com subrogação, espécies e efeitos.
- 40 — Da imputação do pagamento. Dação em pagamento.
- 41 — Da história e conceito da novação. Suas espécies, requisitos e efeitos.
- 42 — Da história e conceito da compreensão. Suas espécies, requisitos e efeitos.
- 43 — Da transação, seus requisitos e efeitos. Compromisso.
- 44 — Da confusão e da remissão de dívidas.
- 45 — Da inexecução das obrigações. Perdas e danos.
- 46 — Da cessão de crédito, sua história, requisitos e efeitos.

O presente programa será explicado em mais de sessenta lições.

Faculdade de Direito do Recife, em 11 de janeiro de 1944.

JOSÉ SORIANO DE SOUZA NETO

Professor catedrático

2.^a CADEIRA — 2.^o ANO

DIREITO PENAL
(Parte Geral)

DR. ANIBAL BRUNO
Professor catedrático

- 1 — Direito Penal — Conceito — Posição na enciclopédia jurídica — Correlações com outros ramos do Direito — Ciências criminais.
- 2 — Evolução histórica das idéias sôbre o crime e a pena.
- 3 — As doutrinas penais — Escola clássica.
- 4 — As doutrinas penais — Escola positiva.
- 5 — As doutrinas penais — Escolas interme-

diárias — As novas correntes.

- 6 — Contribuições modernas das ciências biológicas e sociais ao estudo do crime.
- 7 — História do Direito Penal — Movimento legislativo moderno — A literatura jurídica-penal.
- 8 — História do Direito Penal brasileiro — A legislação.
- 9 — História do Direito Penal brasileiro — A doutrina — Os grandes mestres do Direito Penal da Faculdade de Direito do Recife.
- 10 — A lei penal — Interpretação da lei penal.
- 11 — Eficácia da lei penal no tempo.
- 12 — Eficácia da lei penal no espaço.
- 13 — Conceito do crime — Análise do crime — Características gerais do fato criminoso.
- 14 — Elementos da ação criminosa — Sujeito ativo — Sujeito passivo — Objeto material — Objeto jurídico.
- 15 — O nexa de causalidade.
- 16 — Divisão das infrações penais.
- 17 — Imputabilidade — Culpabilidade — Res-

ponsabilidade.

- 18 — Formas da culpabilidade — O dolo e a culpa.
- 20 — A perigosidade criminal.
- 21 — Causas de isenção de pena — Doença mental e desenvolvimento mental incompleto ou retardado.
- 22 — O problema jurídico-penal da embriaguez. Influência da emoção e da paixão sôbre a responsabilidade penal.
- 23 — Os menores no Direito Penal.
- 24 — Causas de exclusão de crime. Legítima defesa.
- 25 — Estado de necessidade — Coação irresistível — Obediência hierárquica.
- 26 — Agravantes.
- 27 — Atenuantes.
- 28 — Momentos de atuar delituoso. Tentativa e crime consumado.
- 29 — Da autoria.
- 30 — Concurso de crimes.
- 31 — Teoria geral da pena.

- 32 — Penas corporais — Pena de morte — Penas corporais propriamente ditas.
- 33 — Penas privativas da liberdade — Sistemas penitenciários.
- 34 — Penas pecuniárias — Penas accessórias.
- 35 — Suspensão condicional da pena.
- 36 — Livramento condicional.
- 37 — Efeitos da condenação.
- 38 — Teoria das medidas de segurança — As medidas de segurança na legislação penal brasileira.
- 39 — Da ação penal.
- 40 — Causas de extinção da punibilidade.

Recife, 15 de janeiro de 1944.

3.ª CADEIRA

DIREITO CONSTITUCIONAL

DR. SAMUEL MAC DOWELL FILHO

Professor catedrático interino

- 1 — Conceito do Direito Constitucional. Suas relações com outras ciências e disciplinas jurídicas e, especialmente, com a Teoria do Estado e a Ciência Política.
- 2 — Constituição. Conceito material e formal. Seus tipos. Sua técnica e hermenêutica.
- 3 — Regimen constitucional em geral e sua aplicação no Brasil. Antecedentes históricos. Constituição de 25 de Março de 182. Ato Adicional e outras leis constitucionais do Império.

- 4 — Transição da Monarquia para a República. Constituição de 24 de Fevereiro de 1891. Revisão de 7 de Setembro de 1926.
- 5 — Revolução de Outubro de 1930. Decreto institucional do Governo Provisório, de 11 de Novembro de 1930. Código dos Interventores. Constituição de 16 de Julho de 1934. Suas emendas.
- 6 — Constituição de 10 de Novembro de 1937. Sem ambiente histórico. Suas fontes e espírito. O interregno constitucional.
- 7 — Organização nacional. A União e os Estados. Regimen das suas relações jurídicas. O princípio federativo. Princípios de observância obrigatória na organização dos Estados. A autonomia municipal. O Distrito Federal e os Territórios.
- 8 — Discriminação da competência entre a União, os Estados e os Municípios. Poderes explícitos e implícitos. Serviços federais, estaduais e municipais. Intervenção.
- 9 — O sistema representativo na Constituição Brasileira. Exercício do poder político pelo povo. O sufrágio. O núcleo eleitoral municipal. Os colégios eleitorais. O plebiscito.

- 10 — Os órgãos do poder. Relação entre si. A doutrina da divisão ou separação dos poderes e a Constituição Brasileira.
- 11 — O Poder Legislativo. Seus órgãos. O Parlamento Nacional. Câmara dos Deputados e Conselho Federal. Conselho da Economia Nacional. Respectivas composição, funcionamento e competência. Imunidade e responsabilidade. Competência legislativa, direta e delegada, do Presidente da República.
- 12 — Processo de elaboração das leis e resoluções e particularmente do orçamento. O veto. A substância da lei. A lei, o regulamento, o decreto-lei.
- 13 — O Poder Executivo. O presidente da República, autoridade suprema. Condições de investidura. Atribuições e prerrogativas. Responsabilidade. Os Ministros de Estado.
- 14 — Órgãos de cooperação nas atividades governamentais. Ministério Público. Tribunal de Contas. Conselhos técnicos. Função consultiva e julgadora. Limites da jurisdição administrativa.
- 15 — A função pública. Funcionários civis e militares. Condições de investidura e

- exercício legal. Garantias. O estatuto dos funcionários públicos.
- 16 — O Poder Judiciário. Seus órgãos. Garantias dos seus membros e das suas decisões.
- 17 — Supremo Tribunal Federal. Justiça dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios. Justiça Militar. Sua organização. Composição e competência. O problema do Juri.
- 18 — A questão da unidade da Justiça em face da Constituição vigente. Recurso ordinário e extraordinário. Limites do controle judicial.
- 19 — O indivíduo perante a Constituição. Nacionalidade e Cidadania. Aquisição e perda da nacionalidade. Aquisição, suspensão e perda dos direitos políticos.
- 20 — Direitos e garantias individuais. Os direitos do homem. Tricotomia constitucional. Liberdade, segurança pessoal, propriedade. Restrições expressas no exercício dos direitos individuais e poder de polícia. A pena de morte.
- 21 — Ordem moral e espiritual. A família. A educação e a cultura.

- 22 — Ordem econômica. Condições da intervenção do Estado. Normas gerais assecuratórias do fomento e da justa retribuição do trabalho e da atividade econômica. Economia popular. Nacionalização e estadização das atividades econômicas. A imigração.
- 23 — Organização sindical e corporativa dos agentes da produção. Produção intelectual e material. As corporações como órgãos do Poder Público. Regimen corporativo e socialismo.
- 24 — Normas especiais sôbre a Legislação do Trabalho. Assistência social: proteção atual e previdência. A Justiça do Trabalho.
- 25 — Segurança Nacional. Defesa interna e externa do Estado. Estado de emergência. Estado de guerra. Leis de segurança.
- 26 — Relação da Igreja e do Estado. Emenda, modificação e reforma da Constituição. Seu processo.

PROGRAMA DE ENSINO
2.º ANO — 4.ª CADEIRA
DO CURSO DE BACHARELADO
CIÊNCIA DAS FINANÇAS

Introdução :

- 1 — A ação econômica do Estado. As necessidades coletivas. A atividade financeira, caracteres e limites.
- 2 — Ciência das Finanças, seu conceito. As leis financeiras. Metodologia aplicada ao estudo dos fatos financeiros.
- 3 — Fenômeno financeiro, sua natureza. Teorias econômicas e doutrinas socio-políticas na sua interpretação.

- 4 — Ciências das Finanças e Economia Política. Relação com as demais ciências sociais. Direito Financeiro. Política Financeira. Direito Tributário.
- 5 — Desenvolvimento histórico da Ciência das Finanças. Literatura antiga e medieval sobre institutos da Finança Pública. Literatura estrangeira contemporânea.
- 6 — Literatura brasileira em matéria econômico-financeira. Movimento científico no século XIX. Problemas e orientações contemporâneas.

PARTE 1.^a

Despesa pública :

- 7 — Despesa pública, seu conceito e limites. Despesa pública e despesa privada.
- 8 — Despesa pública, sua classificação. Despesas ordinárias e extraordinárias. Despesas federais, estaduais e municipais.
- 9 — A progressão das despesas públicas. Tendências e teorias. Fatores do aumento. Aumento nominal e aumento real. A compressão das despesas públicas.
- 10 — Principais categorias de formas concre-

tas de despesas públicas. Despesas destinadas à manutenção dos órgãos constitucionais, da dívida pública, das forças armadas, da justiça e da educação e instrução.

- 11 — Despesas com o funcionalismo público, com o desenvolvimento da produção e despesas relativas aos serviços de assistência. As despesas de guerra.

PARTE 2.^a

Receita pública :

- 12 — Receita pública, seu concesso. Evolução das receitas do Estado. Classificação. Receitas ordinárias e extraordinárias.
- 13 — As receitas ordinárias de direito privado. Domínio do Estado. Domínio privado do Estado. Domínio da União e dos Estados na Federação. A propriedade territorial do Estado e sua exploração. As florestas. As minas.
- 14 — Receitas do domínio industrial. As ferrovias. Correios e telégrafos. Imprensa nacional. Loteria.
- 15 — Receitas do domínio comercial. Empresas

comerciais do Estado. Monopólios fiscaes.
Bancos do Estado.

- 16 — As receitas ordinárias de direito público :
as taxas, as contribuições especiais, os
impostos. Natureza e elementos da taxa.
Quantitativo das taxas.
- 17 — As taxas, sua classificação. Sistema de
taxas. As principais taxas cobradas no
Estado moderno. Processo de cobrança.
- 18 — Contribuições especiais. Conceito e fun-
mento.
- 19 — Os impostos. Terminologia fiscal. Natu-
reza e elementos dos impostos. Função e
fundamento do imposto.
- 20 — Princípios técnicos e jurídicos dos impos-
tos. Canones de tributação. Justiça no
imposto. Generalidade e universalidade
do imposto. O princípio de igualdade.
Isenção fiscal.
- 21 — Postulados econômico-financeiros do im-
posto. Suficiência e elasticidade na im-
posição.
- 22 — Princípios administrativos do imposto.
Certeza, comodidade e economia no im-
posto. Fontes do imposto. Lançamento,

liquidação e arrecadação dos impostos.

- 23 — A bi-tributação. Dupla tributação internacional.
- 24 — Classificação dos impostos. Imposto direto e indireto. Imposto real e pessoal. Imposto proporcional e progressivo.
- 25 — Evolução do imposto. A transformação dos sistemas fiscais.
- 26 — O problema dum sistema racional de impostos. Imposto único e sistema de múltiplos impostos. Sistemas reais, pessoais e mixtos. Impostos nos Estados Unidos e nas formas federativas.
- 27 — Efeitos dos impostos. Efeitos psicológicos, morais e políticos.
- 28 — Efeitos econômicos e financeiros. Incidência e translação do imposto. A amortização ou capitalização do imposto.
- 29 — Evasão do imposto. A fraude fiscal. Medidas preventivas contra evasão ilegal.
- 30 — Pressão fiscal, seu conceito.
- 31 — Interpretação e aplicação das normas jurídicas impositivas.
- 32 — A penalidade fiscal.

PARTE 3.^a

Sistema Tributário Brasileiro;

- 33 — O sistema tributário brasileiro, sua evolução. Imposição do Brasil dos tempos coloniais e do Império.
- 34 — Regimem tributário da República. A distribuição dos impostos no regimem da Constituição de 24 de Fevereiro de 1891 e no da de 16 de Julho de 1934.
- 35 — Organização atual do quadro tributário brasileiro. Impostos da União, dos Estados e dos Municípios. Falhas do nosso sistema impositivo.
- 36 — Direitos aduaneiros: imposto de exportação e de importação.
- 37 — Da renda, seu conceito. Renda tributável. Imposto de renda e caracteres. Sistemas do imposto de renda.
- 38 — Imposto de renda no Brasil.
- 39 — Imposto de consumo. Justiça e elasticidade no imposto de consumo. Imposto de consumo sôbre objetos considerados de luxo.

- 40 — Imposto de consumo no Brasil. Arrecadação e fiscalização. Penalidades e recursos.
- 41 — Imposto de sêlo, seu fundamento. O imposto do sêlo no Brasil: arrecadação, fiscalização, isenções, multas e recursos.
- 42 — Imposto sôbre a propriedade territorial. Bases e processos de fixação de seu assnto. Imposto territorial no Brasil. A lei Pernambucana. O imposto predial. Imposto predial no Recife.
- 43 — Imposto de sucessão, sua evolução. A transmissão de propriedade causa-mortis e sua tributação pelos Estados na Federação. Imposto de sucessões em Pernambuco.
- 44 — Imposto de indústria e profissões.
- 45 — Imposto de transmissão de propriedade inter-vivos.
- 46 — Imposto sôbre vendas e consignações.

PARTE 4.^a

Receitas extraordinárias — Crédito público:

- 47 — Do crédito público. Natureza e princípios.

- 48 — Dívida pública, noção e finalidade. Principais espécies de dívidas públicas. Dívida flutuante e dívida consolidada.
- 49 — Empréstimos. Empréstimos externos e internos. Empréstimos forçados, voluntários e patrióticos; perpétuos e amortizáveis. Negociação de empréstimos.
- 50 — Administração das dívidas do Estado sob o ponto de vista da técnica financeira. Amortização, conversão e consolidação da dívida pública. A bancarrota e a concordata.
- 51 — Dívida pública brasileira. Os serviços da dívida pública. Dívida da União, dos Estados e dos Municípios.
- 52 — Finança de guerra. Dívida de guerra, sua significação. Impostos e empréstimos em tempo de guerra. O perigo da inflação. A emissão de papel moeda para financiamento de guerra.
- 53 — Impostos sobre lucros extraordinários e imposto de emergência sobre o capital.
- PARTE 5.^a

Administração financeira — Orçamento :

- 54 — Noção de orçamento. Importância jurídica

ca, política e financeira do orçamento.

- 55 — Direito orçamentário; sua evolução na Inglaterra, Estados Unidos, França e no Brasil.
- 56 — Preparação do orçamento. Poder encarregado do preparo. Regras de organização orçamentária.
- 57 — Preparação do orçamento. Métodos de avaliação das despesas e sistemas de estimação das receitas.
- 58 — Equilíbrio orçamentário. Saldos e deficits. Meios para assegurar o equilíbrio orçamentário efetivo. Requisitos dum bom orçamento.
- 59 — Votação do orçamento. Os poderes do Congresso. Restrições à iniciativa parlamentar em matéria de gastos. Duração do orçamento. Contas de exercício e de gestão. Conteúdo do orçamento.
- 60 — Execução do orçamento. Registro de tabelas explicativas. Distribuição dos créditos.
- 61 — Execução do orçamento. Estágios da despesa: empenho, liquidação e pagamento.
- 62 — Inexistência de verba. Insuficiência das

verbas votadas. A abertura de créditos especiais. Os créditos extraordinários.

- 63 — O controle dos gastos públicos. As contas e sua publicidade e fiscalização. Fiscalização orçamentária pelo legislativo, pelo Departamento Administrativo e pelo Ministério da Fazenda. O Tribunal de Contas e sua ação fiscalizadora da administração financeira.
- 64 — O patrimônio público e sua guarda. Inventário dos bens nacionais. O tesouro nacional em função da administração financeira do país.
- 65 — As finanças dos Estados e Municípios, no Brasil. O problema de coordenação das Finanças na Federação.
- 66 — Política financeira e política monetária nacionais. Exposição crítica da situação das finanças brasileiras. Finanças nacionais no regime monárquico. Finanças do regime republicano. O inflacionismo continuado.
- 67 — Legislação financeira no Brasil. O Código de Contabilidade pública e sua reforma. A Codificação financeira para os Estados

e Municípios. O Código Tributário de Pernambuco.

Recife, 14 de Janeiro de 1944.

(α) PROF. LUIZ GUEDES
Professor catedrático



